

Este livro analisa minuciosamente as contendas entre duas forças que se enfrentaram (e ainda se enfrentam) durante todo o século XX: os desenvolvimentistas (sejam eles keynesianos, intervencionistas", social-democratas, marxistas reformadores, dentre outras classificações possíveis) e os (neo)liberais, aqui tratados como ultraliberais em razão da radicalidade tanto de seus diagnósticos sobre o papel do Estado e do mercado, como de suas proposições quanto a reformas.

Trata-se de um embate ao mesmo tempo teórico, político e ideológico em perspectiva internacional, mas que, no Brasil, assumiu características específicas em razão do desenvolvimento acelerado da economia a partir da década de 1940, o que fez que o País rapidamente ocupasse as primeiras posições quanto ao desenvolvimento industrial (processo que, contudo, não fora acompanhado nem de distribuição de renda equivalente nem de ampla democratização).

Tal embate brasileiro deu-se especialmente durante a "Nova República" (na segunda metade da década de 1980), pois a redemocratização - sintetizada na Constituição de 1988 e no retorno das eleições presidenciais em 1989 - teve como contrafluxo o definhamento das teses heterodoxas na economia, a explosão inflacionária e sobretudo a moratória, decretada em 1987. Esse contrafluxo implicou a ascensão de uma imensa gama de novos atores portadores das bandeiras ultraliberais - bandeiras fortemente vigentes em várias partes do mundo e ancoradas em eventos cruciais, como a queda do muro de Berlim e a emergência do "Consenso de Washington", ambos em 1989, e também o ocaso do socialismo real em 1991 - que tiveram nas figuras de Margaret Thatcher e Ronald Reagan seus maiores espreiadores ideológicos.

Tal contexto reverberou no Brasil em larga medida por meio da grande imprensa - sobretudo os periódicos diários, fundamentais em razão de seu papel como aparelhos privados de hegemonia, casos da Folha de S.Paulo, de O Estado de S. Paulo, do Jornal do Brasil e de O Globo - que, embora com perfis editoriais e ideológicos distintos, progressivamente vetaram, sofisticadamente, o debate sobre a "crise do Estado" brasileiro. Isto é, vulgarizaram e divulgaram mitos e falsas dicotomias sobre o modelo de desenvolvimento vigente, o que nos ajuda a compreender a Agenda Ultraliberal levada a efeito pelo governo de Collor de Mello, responsável pela reversão do modelo brasileiro. A grande imprensa contribuiu decisivamente para produzir, assim, um consenso forjado, com inúmeras conseqüências até os dias de hoje

Portanto, entre 1985 e 1992 ocorreu espetacular transformação da sociedade brasileira (Estado e mercado), somente comparável - embora com os sinais invertidos - aos acontecimentos pós-1930, quando o Estado nacional brasileiro promoveu simultaneamente a revolução nacional e industrial. Este livro mostra quão fundamental foi o papel da grande imprensa para esta reversão, o que significou a luta pela hegemonia por meio de um arsenal de estratégias.

Dessa forma, O Consenso Forjado convida o leitor a enfrentar os dilemas de um período ainda vigente, o que implica examinar os meandros da formação da Agenda Ultraliberal na qual a grande imprensa, embora perenemente se proclamasse liberal (em termos políticos) e democrática, atuou estrategicamente para forjar as idéias ultraliberais, o que significou reiterar o conhecido "pensamento único". Trata-se de detalhada e profunda investigação do mundo das idéias e dos interesses que mudaram a face do Brasil em cerca de uma década, e que contribui para compreender os próprios dilemas das esquerdas quando chegam ao poder. Cientistas sociais, cientistas políticos, economistas, jornalistas e historiadores encontrarão neste livro uma fonte inesgotável de pesquisa; e todos os interessados no futuro do Brasil encontrarão uma rica inspiração à reflexão sobre a democracia: a professada e a praticada.